

Universidades Lusíada

Fonseca, Beatriz Sofia Carvalho

**Associações entre estatuto socioeconómico,  
orientação política, religiosidade e perspetivas  
ecológicas : um estudo transversal com  
estudantes universitários**

<http://hdl.handle.net/11067/8923>

**Metadados**

**Data de Publicação**

2026

**Resumo**

As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios contemporâneos, exigindo uma melhor compreensão dos fatores que influenciam o desenvolvimento das perspetivas ecológicas. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo testar se a adesão a uma perspetiva ecológica está associada à orientação política, ao estatuto socioeconómico e à religiosidade. A amostra foi constituída por 330 estudantes universitários (M = 20,13 anos; DP = 5,8; 73,3% do género feminino, 26,4% do género mascul...

Climate change constitutes one of the greatest contemporary challenges, requiring a better understanding of the factors that influence the development of ecological perspectives. In this context, the present study aimed to test whether one's endorsement of a pro-ecological worldview is associated with political orientation, socioeconomic status, and religiousness. The study sample comprised 330 university students (M = 20.13 years, SD = 5.8; 73.3% female, 26.4% male and 0.3% other). Data were co...

**Palavras Chave**

Psicologia, Psicologia clínica, Estudantes universitários - Avaliação psicológica, Estudantes universitários - Actividade política, Estudantes universitários - Aspectos Sociais

**Tipo**

masterThesis

**Revisão de Pares**

Não

**Coleções**

[ULP-IPCE] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-31T17:21:55Z com informação proveniente do Repositório



Universidade Lusíada  
Porto

# Associações entre Estatuto Socioeconómico, Orientação Política, Religiosidade e Perspetivas Ecológicas: um estudo transversal com estudantes universitários

---

Dissertação de Mestrado em **Psicologia Clínica**

Instituto de Psicologia e Ciências da Educação  
Universidade Lusíada

PORTO, 2026

---

Beatriz Sofia Carvalho Fonseca

---



instituto de psicologia  
e ciências da educação  
Universidade Lusíada



Universidade Lusíada  
Porto

# **Associações entre Estatuto Socioeconómico, Orientação Política, Religiosidade e Perspetivas Ecológicas: um estudo transversal com estudantes universitários**

---

**Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica**  
Instituto de Psicologia e Ciências da Educação  
Universidade Lusíada

PORTO, 2026

---

**Beatriz Sofia Carvalho Fonseca**

---

Trabalho efectuado sob a orientação do/a  
**Professora Doutora Sofia Marques Ramalho**



instituto de psicologia  
e ciências da educação  
Universidade Lusíada

## **AVISO LEGAL**

O conteúdo desta tese reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta tese pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta tese, o/a autor(a) declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção referências. O autor, declara, ainda, que não divulga na presente tese quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

### **Declaração sob compromisso de honra**

*(Artigo 6.º, n.º 2 das Normas e orientações para a submissão de trabalhos académicos na plataforma Urkund para deteção de similaridade e plágio)*

Eu, abaixo assinado, tenho consciência de que a prática de plágio consiste numa forma de violação da integridade académica, constituindo um crime punível por lei com relevância nos regimes disciplinar, civil e criminal.

Nesse sentido, declaro por minha honra que a dissertação/tese apresentada é original e que todas as fontes, incluindo as da minha autoria, estão devidamente identificadas e referenciadas.

Porto, 15 de julho de 2026

O (A) Estudante

*Beatriz Fonseca*

## **Agradecimentos**

A concretização desta dissertação marca o final de uma etapa muito importante do meu percurso académico. Este trabalho não teria sido possível sem o apoio, orientação e incentivo de várias pessoas, às quais gostaria de expressar a minha sincera gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço ao Professor/Doutor Richard Inman, pela orientação, disponibilidade, apoio e conhecimentos partilhados ao longo de todo este percurso. As suas sugestões e incentivo foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Gostaria igualmente de agradecer à Professora/Doutora Sofia Marques Ramalho, pelo acompanhamento contínuo ao longo deste percurso. As reuniões regulares, o apoio prestado, a monitorização da evolução da dissertação e a definição de objetivos e prazos constituíram um importante incentivo para a concretização deste trabalho.

Expresso também o meu agradecimento às/aos minhas/meus colegas e amigas/os, pelo apoio, incentivo e compreensão demonstrados ao longo desta etapa.

Um agradecimento muito especial à minha família, pelo apoio incondicional, pela paciência e pelo encorajamento constante durante todo o meu percurso académico. Sem eles, esta conquista não teria sido possível.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Muito obrigada.

## **Resumo**

As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios contemporâneos, exigindo uma melhor compreensão dos fatores que influenciam o desenvolvimento das perspetivas ecológicas. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo testar se a adesão a uma perspetiva ecológica está associada à orientação política, ao estatuto socioeconómico e à religiosidade. A amostra foi constituída por 330 estudantes universitários ( $M = 20,13$  anos;  $DP = 5,8$ ; 73,3% do género feminino, 26,4% do género masculino e 0,3% de outro género). Os dados foram recolhidos online, num único momento, através da Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico (NEP), da Escala do Conservadorismo Social e Económico (SECS) e da Escala da Afluência Familiar (FAS-III). Foram realizadas análises correlacionais, seguidas de uma Análise Multivariada de Covariância (MANCOVA). Os resultados revelaram que a orientação política apresentou uma associação significativa com as perspetivas ecológicas. Especificamente, níveis mais elevados de conservadorismo político encontraram-se associados a uma menor adesão às perspetivas ecológicas na maioria das dimensões da Escala do Novo Paradigma Ecológico. Adicionalmente, os níveis mais elevados de estatuto socioeconómico associaram-se especificamente a uma menor preocupação relativamente aos limites dos recursos naturais do planeta. Por fim, a religiosidade não apresentou uma associação significativa com a adesão às perspetivas ecológicas. Globalmente, estes resultados reforçam a importância de compreender os fatores socioideológicos e socioeconómicos associados ao desenvolvimento das perspetivas ecológicas e poderão contribuir para o desenvolvimento de estratégias dirigidas à promoção de estilos de vida mais sustentáveis.

**Palavras-chave:** Perspetivas Ecológicas; Orientação Política; Estatuto Socioeconómico; Religiosidade.

### **Abstract**

Climate change constitutes one of the greatest contemporary challenges, requiring a better understanding of the factors that influence the development of ecological perspectives. In this context, the present study aimed to test whether one's endorsement of a pro-ecological worldview is associated with political orientation, socioeconomic status, and religiousness. The study sample comprised 330 university students ( $M = 20.13$  years,  $SD = 5.8$ ; 73.3% female, 26.4% male and 0.3% other). Data were collected using the Revised New Ecological Paradigm (NEP) Scale, the Social and Economic Conservatism Scale (SECS), and the Family Affluence Scale (FAS-III). A correlational analyses was performed followed by a Multivariate Analysis of Covariance (MANCOVA). These analyses revealed that political orientation was significantly associated with ecological worldview. Specifically, higher political conservatism were associated with lower endorsement of a pro-ecological worldview across most of the dimensions of the NEP scale. Additionally, higher socioeconomic status was associated specifically with lower concern regarding the limits of the planet's natural resources. Finally, religiousness did not show a significant association with endorsement of a pro-ecological worldview. Overall, these findings reinforce the importance of understanding the socioideological and socioeconomic factors associated with the development of ecological perspectives and may contribute to the design of strategies aimed at promoting more sustainable lifestyles.

**Keywords:** Ecological Perspectives; Political Orientation; Socioeconomic Status; Religiousness.

## Índice

|                                                                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Enquadramento Teórico.....                                                                                    | 12 |
| Visão Ecológica: O “Novo Paradigma Ecológico” .....                                                           | 15 |
| Fatores Socioideológicos que Influenciam a Visão Ecológica .....                                              | 16 |
| <i>Orientação política</i> .....                                                                              | 18 |
| <i>Estatuto Socioeconómico</i> .....                                                                          | 19 |
| <i>Religiosidade</i> .....                                                                                    | 21 |
| Objetivos .....                                                                                               | 22 |
| Métodos.....                                                                                                  | 23 |
| Desenho de Investigação .....                                                                                 | 23 |
| Participantes .....                                                                                           | 23 |
| Procedimentos .....                                                                                           | 26 |
| Recolha de Dados.....                                                                                         | 26 |
| Análise de Dados.....                                                                                         | 26 |
| Resultados .....                                                                                              | 27 |
| Discussão de Resultados .....                                                                                 | 35 |
| Hipótese de Investigação 1 (H1): A relação entre o Conservadorismo Político e o Novo Paradigma Ecológico..... | 35 |
| Hipótese de Investigação 2 (H2): A relação entre o Estatuto Socioeconómico e o Novo Paradigma Ecológico.....  | 36 |
| Hipótese de Investigação 3 (H3): A Relação entre a Religiosidade e o Novo Paradigma Ecológico.....            | 37 |
| Implicações Práticas para a Prática da Psicologia Clínica.....                                                | 38 |
| Limitações e Sugestões para Investigações Futuras .....                                                       | 41 |
| Conclusão.....                                                                                                | 42 |
| Referências Bibliográficas .....                                                                              | 44 |

## Índice de Tabelas

|                                                                                               |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1</b> .....                                                                         | 29 |
| <i>Análise descritiva das variáveis em estudo</i> .....                                       | 29 |
| <b>Tabela 2</b> .....                                                                         | 31 |
| <i>Correlações de Pearson</i> .....                                                           | 31 |
| <b>Tabela 3</b> .....                                                                         | 34 |
| <i>Resultados dos testes univariados da Análise Multivariada de Covariância (MANCOVA) ...</i> | 34 |

### **Lista de Abreviaturas**

ACT – *Acceptance and Commitment Therapy*

CIPD – Centro de Investigação em Psicologia para o Desenvolvimento

FAS-III – *Family Affluence Scale – Third Edition*

IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*

MANCOVA – *Multivariate Analysis of Covariance*

NEP – *New Ecological Paradigm*

SECS – *Social and Economic Conservatism Scale*

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

### Enquadramento Teórico

Atualmente, um dos desafios mais graves que a humanidade enfrenta é o aquecimento global. Este fenómeno reflete-se diretamente em crises climáticas. A evidência científica indica que a responsabilidade deste fenómeno recai sobre o ser humano. Da mesma forma, o dever ético de proteger o meio ambiente recai igualmente sobre a humanidade (IPCC, 2023).

No entanto, a instabilidade climática transcende a degradação física dos ecossistemas. Esta crise revela-se prejudicial para a saúde mental. Por seu turno, pode desencadear sentimentos de incerteza e ansiedade face ao futuro (Clayton, 2024). Investigações recentes corroboram o impacto da crise climática no bem-estar psicológico. Nieminen et al. (2025) concluíram que elevados níveis de preocupação ambiental podem aumentar o risco de desenvolver sintomatologia depressiva e/ou ansiosa. Não obstante, os autores argumentam que a solução clínica não consiste em eliminar a preocupação. A adaptação psicológica deve centrar-se em estratégias de *coping*. Uma estratégia que permite gerir este stress refere-se à prática ativa de comportamentos pró-ambientais (Nieminen et al., 2025).

Contudo, a literatura sublinha que a transição para este comportamento sustentável é fortemente mediada pelas atitudes, valores e sistemas de crenças subjacentes dos indivíduos, os quais ditam a forma de interpretar a sua relação com a natureza (Gifford & Sussman, 2012; Nieminen et al., 2025). De acordo com a perspetiva de Stern (2000), para compreender a essência das ações ambientais, torna-se necessário conhecer as crenças e motivos individuais que moldam a predisposição para a ação. Deste modo, o Novo Paradigma Ecológico (NEP) emerge como o modelo mais referenciado para avaliar a visão sobre o meio ambiente (Dunlap et al., 2000; Stern, 2000).

Embora a literatura tenha demonstrado que a visão ecológica constitui um importante preditor dos comportamentos pró-ambientais, permanece a necessidade de compreender quais os fatores que contribuem para a formação desta visão do mundo (Dunlap et al., 2000; Gifford & Sussman, 2012; Stern, 2000). As crenças ecológicas não emergem de forma isolada. Estas podem ser influenciadas por sistemas de valores, experiências sociais e contextos culturais que moldam as perspetivas face ao meio ambiente (Stern, 2000). Neste sentido, a identificação dos fatores associados à adesão aos pressupostos da NEP assume particular relevância, pois permite compreender melhor os mecanismos subjacentes à adesão de uma visão ecológica.

Assim, torna-se importante explorar de que forma determinados construtos podem moldar comportamentos individuais e coletivos. No contexto deste estudo, procura-se analisar de que modo a orientação política, o estatuto socioeconómico e a religiosidade se associam à adesão a uma visão ecológica.

A análise destas variáveis em estudantes do ensino superior assume particular relevância. Para além de constituírem futuros profissionais, líderes e decisores políticos, os estudantes universitários encontram-se numa fase do desenvolvimento marcada pela consolidação de identidades sociais, políticas e ideológicas (Harraway et al., 2012). Consequentemente, este grupo representa um contexto privilegiado para analisar a forma como diferentes sistemas de valores e crenças se relacionam com a construção de uma visão ecológica do mundo (Pietsch et al., 2026; Richterová et al., 2025).

Desde logo, diversos estudos demonstram que a orientação política tem um peso significativo no desenho de tomadas de decisões e na ação ambiental (Birch, 2020; Harring & Sohlberg, 2017; McCright & Dunlap, 2011). Birch (2020) demonstrou que a ideologia política de um indivíduo condiciona o apoio público a políticas de proteção ecológica. Esta influência torna-se mais evidente em cenários de forte polarização partidária.

Paralelamente, o estatuto socioeconómico é um dos fatores que poderá relacionar-se com a adoção de perspetivas ecológicas. A literatura sugere que esta relação não é consensual, existindo estudos que identificam uma associação positiva entre um estatuto socioeconómico mais elevado e atitudes ambientais mais favoráveis. Enquanto, outros apontam para resultados distintos (Leite et al., 2023; Richterová et al., 2025).

Por fim, a religiosidade continua a assumir uma presença significativa à escala global, uma vez que, em 2020, 78,8% da população mundial se identificava com alguma religião (Hackett et al., 2025). Além disso, este construto pode influenciar atitudes, comportamentos e tomadas de decisão (Iryani & Kristanto, 2022). Deste modo, também é pertinente perceber de que forma pode potenciar ou não a adesão a perspetivas ecológicas.

Face ao exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre a orientação política, o estatuto socioeconómico e a religiosidade com a adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico (NEP), numa amostra de estudantes do ensino superior. Pretende-se, assim, contribuir para uma melhor compreensão dos fatores socioeconómicos e socioideológicos associados à formação individual de uma visão ecológica.

## **A importância do meio ambiente na saúde mental**

A importância do meio ambiente na saúde mental tem vindo a ser alvo de investigação na psicologia. A evidência científica tem demonstrado que a preservação do meio ambiente é um fator notável no bem-estar psicológico e na estabilidade emocional (Clayton, 2024; White et al., 2019). Assim, o equilíbrio assume um papel fulcral na regulação afetiva e na manutenção de saúde mental.

Posteriormente, o agravamento da urgência climática e a degradação ambiental tem suscitado novas formas de sofrimento psicológico. Por um lado, a eco-ansiedade caracteriza-se pela preocupação crónica e por um medo generalizado face aos problemas ambientais (Albrecht, 2011; Pihkala, 2020). Por outro lado, o luto ecológico refere-se ao sofrimento psicológico causado pela perda irreversível de ecossistemas e de biodiversidade (Cunsolo & Ellis, 2018). O aumento progressivo das temperaturas e a insegurança no acesso a recursos básicos podem operar como stressores e comprometer a capacidade de resiliência individual (Clayton, 2024).

Assim, autores propõem que a prática de comportamentos pró-ambientais pode funcionar como uma estratégia de regulação emocional (Clayton, 2024). Por isso, a mobilização de ações ecológicas permite canalizar o sofrimento causado por crises ambientais numa resposta proativa e focada no problema (Moser, 2010). Este envolvimento ativo na mitigação das alterações climáticas oferece a oportunidade de desenvolver a capacidade de transiliência.

Por seu turno, as ciências do comportamento assumem um papel preponderante, uma vez que a conduta humana é amplamente moldada por emoções, valores individuais, atitudes e sistemas de crenças. Desta forma, para delinear estratégias eficazes que promovam estilos de vida sustentáveis é relevante avaliar este conjunto de fatores.

No que respeita a investigações recentes, estas têm demonstrado que a adesão aos princípios mensurados pelo Novo Paradigma Ecológico (NEP) constitui um elevado poder preditivo sobre os comportamentos pró-ambientais. Por exemplo, Derdowski e colaboradores (2020) demonstraram que elevados níveis de adesão à NEP são preditores significativos de comportamentos pró-ambientais. Paralelamente, outros autores observaram que, mesmo na presença de variáveis psicossociais complexas (e.g., ansiedade social e autoeficácia) esta escala continua a ser mais consistente na previsão de ações pró-ambientais (Kosic et al., 2024).

### **Visão Ecológica: O “Novo Paradigma Ecológico”**

O conceito de Novo Paradigma Ecológico (NEP) foi originalmente introduzido na literatura por Dunlap e Van Liere (1978), com o objetivo de mensurar a rutura com o chamado Paradigma Social Dominante (DSP) (Pirages & Ehrlich, 1974). Este segundo paradigma referia-se a uma visão anti-ecológica assente no progresso material ilimitado e na premissa de que a natureza existe exclusivamente para a exploração do ser humano (Pirages & Ehrlich, 1974).

Deste modo, Dunlap e Van Liere (1978) propuseram a NEP como uma perspetiva alternativa, alicerçada no reconhecimento de que a Terra possui limites biofísicos e de que a humanidade deve coexistir em harmonia com as leis da natureza em prol da sobrevivência. No seu estudo pioneiro, os autores demonstraram que esta visão já se encontrava em forte ascensão e validaram a primeira versão da escala.

Na sua versão revista e atualizada, o Novo Paradigma Ecológico (NEP) (Dunlap et al., 2000) manteve a filosofia conceptual. No entanto, Dunlap e colaboradores (2000) expandiram a escala e incluíram conceitos como a iminência de ecocrises. Por conseguinte, preconizam que a adesão a uma visão focada na preservação ambiental deve basear-se em cinco dimensões: (a) antiantropocentrismo; (b) limites ao crescimento; (c) fragilidade do equilíbrio da natureza; (d) rejeição do excecionalismo; (e) e a possibilidade de uma crise ecológica.

O antiantropocentrismo traduz-se na rejeição da premissa de que a natureza existe exclusivamente para ser explorada e dominada pelos seres humanos. Deste modo, defende que o ser humano participa no ecossistema como um componente. Por isso, exclui o direito de propriedade ou soberania sobre os recursos naturais (Dunlap et al., 2000).

Por seu turno, a dimensão limites ao crescimento mensura a crença de que a Terra possui uma capacidade de carga física e biológica específica. Por conseguinte, defende que o crescimento demográfico e a expansão económica das sociedades não podem ocorrer de forma indefinida sem prejudicar os recursos naturais (Dunlap et al., 2000).

No que toca a fragilidade do equilíbrio da natureza, assenta na visão de que os ecossistemas da Terra são altamente sensíveis a interferências externas. Esta dimensão foca-se na consciência de que determinadas ações humanas podem causar danos irreversíveis e desestabilizar o funcionamento ambiental (Dunlap et al., 2000).

Por outro lado, a rejeição do excecionalismo humano contrapõe a ideia de que os seres humanos são seres “excecionais” e independentes do ecossistema. Por outras palavras,

avalia a negação de que a tecnologia e a ciência protegem e impedem que o planeta sofra danos físicos e biológicos (Dunlap et al., 2000).

Por fim, a possibilidade de uma crise ecológica mensura a percepção individual de que a humanidade está ativamente a perturbar o ambiente a um ritmo severo e prejudicial. Esta dimensão reflete o receio de que as ações atuais estejam a conduzir a sociedade global em direção a uma catástrofe climática iminente e de grande escala (Dunlap et al., 2000).

Do ponto de vista psicométrico, a operacionalização do construto gerou debates significativos na literatura. Investigadores sublinharam a necessidade de examinar se a NEP deveria ser tratada como uma escala unidimensional ou como um conjunto de subescalas independentes (Amburgey & Thoman, 2012). Com recurso a análises fatoriais confirmatórias ficou explícito que a NEP deve ser representada através das cinco dimensões definidas originalmente.

Paralelamente, outras investigações analisaram mudanças temporais na preocupação ambiental entre 1994 e 2017 através da NEP, pelo que concluíram que o nível global de preocupação ambiental tem aumentado. Contudo, este crescimento é moderado por fatores macroeconómicos e geográficos, o que evidencia que a visão do mundo medida pela NEP é dinâmica e diversifica-se em diferentes contextos socioculturais (Lou et al., 2022).

Ademais, a literatura aponta que o género feminino manifesta, de forma sistemática, uma pontuação superior na NEP. No que respeita a idade, observa-se que gerações mais jovens demonstram uma maior sensibilidade e apreensão face à possibilidade de uma crise ecológica (Costache & Sencovici, 2019).

### **Fatores Socioideológicos que Influenciam a Visão Ecológica**

A investigação sobre os determinantes da visão ecológica tem procurado identificar quais os fatores que contribuem para a adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico (NEP). Diversos estudos sugerem que as atitudes ambientais não dependem apenas do conhecimento sobre questões ecológicas, sendo também influenciadas por características sociodemográficas, condições socioeconómicas e sistemas de crenças individuais (Dunlap et al., 2000; Gifford & Nilsson, 2014). Neste contexto, variáveis como a orientação política, a religiosidade e o estatuto socioeconómico têm sido frequentemente associadas a diferenças na forma como os indivíduos percecionam os problemas ambientais e os limites ecológicos do planeta.

Contudo, a consistência destas associações varia entre estudos. Enquanto a orientação política surge frequentemente como um dos preditores mais robustos das atitudes ambientais, a influência da religiosidade e do estatuto socioeconómico apresenta resultados

mais heterogêneos (Dunlap, 2022; Gifford & Nilsson, 2014). Assim, a análise destes fatores permite aprofundar a compreensão dos mecanismos que contribuem para a formação da visão ecológica.

Entre os fatores socioideológicos associados à visão ecológica, a orientação política tem sido amplamente identificada como um dos preditores mais robustos da adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico (NEP). A investigação contemporânea sublinha que a relação entre a ideologia política e a adesão da NEP não é estática. A transição para a idade adulta é um período desenvolvimental crítico para a formação da identidade, que coincide maioritariamente com a entrada no ensino superior (Mah et al., 2020).

De acordo com o estudo longitudinal conduzido por Mah e colaboradores (2020), o desenvolvimento da ideologia política ao longo da juventude exerce um efeito preditivo sobre a identidade ambiental e as ações sustentáveis. Estes autores demonstraram que o incremento de posturas ideológicas conservadoras ao longo do tempo está associado negativamente a indicadores de comportamentos ambientais. Por outras palavras, à medida que os indivíduos adotam perspetivas politicamente mais conservadoras, verifica-se uma menor adesão aos princípios mensurados pela NEP (Mah et al., 2020).

Segundo Dunlap (2022), as atitudes ambientais refletem conflitos entre diferentes sistemas de valores sociais, pelo que a proteção ambiental pode ser percecionada como uma ameaça a valores tradicionalmente associados ao crescimento económico, à propriedade privada e à liberdade individual.

Relativamente ao estatuto socioeconómico, a literatura sugere que esta variável pode influenciar a forma como os indivíduos percecionam as questões ambientais. Alguns estudos indicam que níveis mais elevados de escolaridade e de recursos materiais tendem a associar-se a maior conhecimento ambiental e a uma visão ecológica mais favorável (Richterová et al., 2025; Yang & Arhonditsis, 2022).

Por fim, a religiosidade constitui outro fator frequentemente analisado na investigação sobre perspetivas ecológicas. Contudo, as evidências empíricas disponíveis matêm-se inconclusivas. Enquanto alguns estudos sugerem que as crenças religiosas podem favorecer atitudes de responsabilidade ambiental, outros reportam associações fracas ou inconsistentes com a adesão aos pressupostos do NEP (Gifford & Nilsson, 2014; Khoirurrijal et al., 2025). Estes resultados sugerem que a influência da religiosidade na formação da visão ecológica continua a requerer investigação adicional.

Em conjunto, estas evidências sugerem que a adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico resulta da interação entre diferentes fatores socioideológicos e

socioeconómicos. Contudo, a heterogeneidade dos resultados encontrados na literatura demonstra que a influência destes fatores não está suficientemente esclarecida, o que justifica a sua continuidade na investigação.

### ***Orientação política***

A orientação política constitui um dos fatores socioideológicos mais frequentemente associados às atitudes ambientais. Segundo Dunlap (2022), as questões ambientais envolvem conflitos entre diferentes sistemas de valores sociais, uma vez que a promoção de proteção ambiental pode ser percecionada como incompatível com valores tradicionalmente associados ao crescimento económico, à propriedade privada e à liberdade individual.

Neste sentido, as orientações políticas refletem diferentes posicionamentos e podem influenciar a forma como os indivíduos percecionam o meio ambiente. Tendo em consideração as dimensões medidas pela escala NEP torna-se plausível esperar que indivíduos com diferentes orientações políticas apresentem níveis distintos de adesão aos pressupostos da NEP (Dunlap, 2022).

A evidência empírica recente tem igualmente demonstrado que a orientação política está associada a diferentes formas de envolvimento com questões ambientais. Num estudo realizado na população canadiana, investigadores verificaram que níveis elevados de conservadorismo político estavam associados a uma menor adesão de comportamentos pró-ambientais (Yang & Arhonditsis, 2022).

A orientação política é frequentemente conceptualizada através da dicotomia esquerda-direita ou liberalismo-conservadorismo (Everett, 2013). Existem estudos que indicam a diferença no funcionamento cognitivo e na formação de valores entre indivíduos liberais e conservadores (Jost, 2021). Estas diferenças têm sido apontadas como um dos fatores que contribuem para a forma distintas como estes grupos interpretam questões sociais e ambientais.

No que respeita a filosofia do conservadorismo, esta organiza-se em duas dimensões, a social e a económica (Claessens et al., 2022; Everett, 2013). O conservadorismo social visa salvaguardar as tradições morais e a ordem histórica da sociedade. Por outro lado, o conservadorismo económico defende a limitação da intervenção estatal na regulação das empresas privadas e a primazia do mercado livre (Claessens et al., 2022).

No que toca ao liberalismo, a nível social preconiza a autonomia individual, a igualdade de direitos e da justiça social. Por sua vez, o liberalismo económico defende a intervenção reguladora do Estado na economia (Claessens et al., 2022). Este tipo de sistema

económico inclui a aplicação de sistemas fiscais progressivos para apoio social à população mais vulnerável. Deste modo, o principal foco económico consiste em mitigar as assimetrias materiais para criar igualdade nas oportunidades (Clayton, 2024).

Assim, o alinhamento partidário pode moldar a aceitação ou rejeição de uma visão ecológica (Clayton, 2024). Em casos de polarização política, as questões ecológicas são frequentemente instrumentalizadas como marcadores identitários. Por outras palavras, um grupo político tende a rejeitar a prática de ações pró-ambientais pelo facto de serem validadas pelo partido oposto (Egan & Mullin, 2017; McCright & Dunlap, 2011).

### ***Estatuto Socioeconómico***

O estatuto socioeconómico constitui um construto multidimensional medido através de vertentes como o nível educacional, o rendimento financeiro e a ocupação profissional (Baker, 2014). A estabilidade deste posicionamento social contribui diretamente para a qualidade de vida e para o nível de bem-estar das famílias (Gaspar, 2010). Contudo, atualmente, a literatura recomenda uma análise focada na dimensão da afluência material e dos recursos económicos familiares (Gaspar et al., 2010; Vrselja et al., 2024).

A investigação tem procurado clarificar de que modo as condições materiais influenciam a consciência ambiental dos cidadãos. Com base na Teoria Cognitiva Social de Bandura, Vrselja et al. (2024) verificaram que o estatuto socioeconómico não exerce um efeito direto nos comportamentos pró-ambientais. O que significa que a influência das condições socioeconómicas poderá ocorrer através de mecanismos psicológicos e contextuais mais complexos (Vrselja et al., 2024).

Contudo, autores alertam que a complexidade das crises climáticas pode atenuar a força desta associação. Atendendo a que o aquecimento global é um fenómeno de larga escala, indivíduos de diferentes contextos socioeconómicos podem percecionar os mesmos obstáculos na sua capacidade de ação (Vrselja et al., 2024). Esta linha de pensamento sugere que o estatuto socioeconómico, por si só, poderá não ser suficiente para explicar as diferenças individuais nas atitudes e crenças ambientais.

No que respeita à escolaridade, a literatura tem demonstrado que níveis mais elevados de instrução formal tendem a associar-se a maior conhecimento sobre questões ambientais, maior consciência dos impactos das alterações climáticas e maior adesão a valores ecológicos (Dunlap & Van Liere 1978, 2008). A educação pode contribuir para o desenvolvimento de competências de pensamento crítico e para uma melhor compreensão da ligação entre o ser humano e a natureza (Yang & Arhonditsis, 2022).

Esta tendência também foi observada por Richterová e colaboradores (2025), que verificaram que estudantes cujos progenitores possuíam níveis mais elevados de escolaridade manifestavam uma visão ecológica mais favorável. Paralelamente, Pietsch et al. (2026) realizaram um estudo com cerca de 700 mil estudantes de 65 países e verificaram associações significativas entre níveis mais elevados de estatuto socioeconómico e atitudes direcionadas para a preservação ambiental.

Relativamente ao rendimento económico, alguns estudos sugerem que a disponibilidade de recursos financeiros pode facilitar a adoção de comportamentos pró-ambientais (Yang & Arhonditsis, 2022). Contudo, esta associação não é consensual. O denominado Paradoxo do Estatuto Socioeconómico sugere que indivíduos com um maior poder económico tendem a participar com maior frequência na concretização de ações pró-ambientais de baixo custo financeiro ou socialmente visíveis. Contudo, revelam menor disponibilidade para assumir custos ou sacrifícios financeiros em prol da proteção ambiental (Fan & An, 2025; Piff et al., 2010).

Deste modo, uma possível explicação para este fenómeno é proposta pela Teoria da Conservação Conspícua, segundo a qual determinados comportamentos pró-ambientais funcionam como sinais de altruísmo, estatuto social e prestígio. Assim, indivíduos com maior estatuto socioeconómico poderão privilegiar comportamentos ambientalmente responsáveis que sejam facilmente observáveis pelos outros (Griskevicius et al., 2010).

No presente estudo, o estatuto socioeconómico é avaliado através da afluência familiar, medida pelo instrumento Escala de Afluência Familiar (FAS-III). A literatura sugere que níveis mais elevados de estatuto socioeconómico podem proporcionar maior acesso a recursos educativos, informação e experiências relacionadas com questões ambientais. Este acesso, por sua vez, favorece o desenvolvimento de atitudes mais positivas face à preservação da natureza (Pietsch et al., 2026).

Em síntese, as alterações climáticas são um fenómeno global no qual os cidadãos não possuem os mesmos recursos para dar resposta. Estes recursos incluem estabilidade financeira e uma realidade distribuída de forma desigual na sociedade. Face a estas assimetrias torna-se pertinente analisar de que forma diferentes níveis de estatuto socioeconómico podem associar-se à adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico (NEP), enquanto indicador da visão ecológica dos indivíduos (Fan & An, 2025; Vrselja et al., 2024).

## ***Religiosidade***

A religiosidade consiste num construto multidimensional que pode apresentar um peso significativo na estruturação de atitudes, valores e tomadas de decisão individuais (Iryani & Kristanto, 2022). No entanto, este conceito não se restringe à filiação institucional ou à frequência de locais dedicados ao culto. A religiosidade engloba diferentes dimensões, incluindo crenças, as práticas religiosas, as experiências espirituais e os valores associados à fé (Hill & Pargament, 2003).

Deste modo, o construto desdobra-se em dimensões cognitivas, ligadas à crença numa ou mais entidade(s) divina(s) e dimensões comportamentais associadas à expressão dessa fé no quotidiano. Na psicologia ambiental, a influência de crenças transcendentais nas perspetivas ecológicas é alvo de debate (Gifford & Nilsson, 2014).

Por um lado, a hipótese da administração (*stewardship*) preconiza que a religiosidade opera como um fator positivo para a conservação do meio ambiente. Na ótica desta perspetiva, os indivíduos interpretam o ecossistema como uma criação divina. Por isso, sentem o dever ético e espiritual de proteger a natureza (Morrison et al., 2015). Por outro lado, a hipótese do domínio sugere que determinadas religiões adotam uma visão antropocêntrica. Esta hipótese assume que a natureza se encontra subordinada ao ser humano, o que pode desincentivar a preocupação com os limites do planeta (White, 1967).

A literatura recente sugere que o impacto da religiosidade nas perspetivas ecológicas depende, em grande parte, da forma como os ensinamentos religiosos são interpretados e integrados pelos indivíduos. Num estudo realizado com cristãos, verificou-se que a exposição a conteúdos religiosos centrados na sustentabilidade esteve associada ao reforço das intenções comportamentais pró-ambientais, à redução de crenças antropocêntricas e a um aumento dos resultados da escala NEP. Estes resultados sugerem que a religiosidade pode constituir um fator promotor de uma visão ecológica quando enquadrada numa perspetiva de responsabilidade e cuidado pela criação (Ives et al., 2023).

Relativamente a estudos à escala global, Agusalim e Karim (2024) analisaram o impacto da orientação religiosa sobre a sustentabilidade global, com base na pegada ecológica *per capita*. Os resultados revelaram que elevados níveis de religiosidade estão significativamente associados a uma redução do impacto ecológico. Em termos práticos, isto significa que uma orientação mais religiosa poderá ser um fator positivo na preservação do planeta, desde que se alicerce numa perspetiva eco-religiosa de respeito e responsabilidade face à preservação da natureza.

No que diz respeito a investigações com recurso à escala NEP, observou-se que estudantes com maiores níveis de religiosidade tendem a apresentar uma elevada sensibilidade face às crises ambientais. No entanto, os resultados também demonstraram que a associação entre a religiosidade e a consciência ecológica é fraca, o que significa que ser religioso não se reflete, diretamente, na adoção de perspetivas ecológicas (Khoirurrijal et al., 2025).

Adicionalmente, esta variável é condicionada pelo contexto social e macroestrutural (Norris & Inglehart, 2011). Em regiões caracterizadas por uma progressiva secularização, o poder das crenças teológicas tende a diluir-se. Contudo, a evidência empírica sugere que a religiosidade pode continuar a influenciar a forma como indivíduos percecionam a relação entre o ser humano e o meio ambiente. Particularmente, quando esta relação é associada a valores de responsabilidade e cuidado pela criação (Ives et al., 2023; Khoirurrijal et al., 2025). Neste contexto, torna-se relevante analisar de que forma a religiosidade pode estar relacionada com a adesão de uma visão ecológica.

### Objetivos

Apesar da crescente investigação sobre os fatores associados às perspetivas ecológicas, a literatura continua a apresentar resultados inconsistentes relativamente ao papel da orientação política, do estatuto socioeconómico e da religiosidade. Neste sentido, torna-se pertinente aprofundar a compreensão da associação entre estes fatores e a adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico em estudantes universitários.

O presente estudo tem como principal objetivo analisar de que forma o conservadorismo social e económico (orientação política), o estatuto socioeconómico e a religiosidade se associam à adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico (NEP) numa amostra de estudantes universitários do Reino Unido. Deste modo, formulou-se a seguinte questão de investigação: *“Será que existem associações entre a orientação política, o estatuto socioeconómico e a religiosidade e a adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico em estudantes universitários do Reino Unido?”*.

Atendendo à principal questão de investigação, foram estabelecidas as seguintes hipóteses:

H1: O conservadorismo político está negativamente associado à adoção de perspetivas ecológicas (NEP). Em particular, é expectável que tanto o conservadorismo social como o conservadorismo económico estejam associados a uma menor adesão aos pressupostos ecológicos (Egan & Mullin, 2017; McCright & Dunlap, 2011).

H2: O estatuto socioeconómico está associado à adoção de perspetivas ecológicas (NEP). Com base na literatura, espera-se que um estatuto socioeconómico mais elevado esteja associado a uma maior adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico (Leite et al., 2023; Richterová et al., 2025).

H3: Espera-se que a religiosidade esteja positivamente associada à adoção de perspetivas ecológicas (NEP). Esta hipótese fundamenta-se na evidência de que a religiosidade, quando associada a valores de responsabilidade e cuidado pela criação, pode favorecer uma maior adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico (Agusalim & Karim, 2024; Ives et al., 2023).

## **Métodos**

### **Desenho de Investigação**

O presente estudo é empírico quantitativo e foi realizado num único momento, pelo que segue um desenho de investigação correlacional transversal. A amostra deste estudo foi recolhida no âmbito de um projeto de investigação integrado no Centro de Investigação em Psicologia para o Desenvolvimento [CIPD/2122/BESPA/4] e realizada em 2020. Este projeto de investigação tinha como objetivo principal testar as propriedades psicométricas da versão inglesa do *Engagement/Disengagement in Sustainable Development Inventory* (EDiSDI) (Moreira et al., 2022).

### **Participantes**

A amostra foi recolhida através de uma amostragem por conveniência, de natureza não probabilística, na Faculdade de Psicologia de uma universidade do Reino Unido. Neste estudo participaram 330 estudantes universitários, com uma idade média de 20,13 anos ( $DP = 5,8$ ). A maioria dos participantes identificou-se com o género feminino ( $n = 242$ ; 73,3%), seguindo-se o género masculino ( $n = 87$ ; 26,4%) e outro género ( $n = 1$ ; 0,3%).

Os critérios de inclusão considerados foram : (a) ser estudante universitário e (b) falar, compreender e escrever em língua inglesa. Não foram definidos critérios de exclusão, pelo que qualquer estudante universitário com acesso à plataforma *online Qualtrics* podia participar no estudo.

### **Instrumentos**

Como parte de um estudo mais amplo, os participantes responderam a um conjunto de questionários destinados a avaliar diferentes variáveis de natureza psicológica e

sociodemográfica potencialmente associadas às perspectivas ecológicas. Todos os instrumentos foram apresentados em língua inglesa. Para a presente investigação foram considerados os seguintes instrumentos de medida:

### ***Questionário Sociodemográfico***

O questionário sociodemográfico foi utilizado para caracterizar os participantes do estudo. Neste sentido, questiona a idade e o gênero. Em relação à questão do gênero os participantes tinham como opções de resposta os gêneros feminino, masculino e outro.

### ***Escala do “Novo Paradigma Ecológico” Revista***

Para medir perspectivas ecológicas dos participantes foi utilizada a “Escala do Novo Paradigma Ecológico” Revista (Dunlap et al., 2000). Este instrumento mede a consciência ecológica (Ellis & Thompson, 1997) é composto por 15 itens e encontra-se dividido em cinco subescalas.

As subescalas correspondem às seguintes dimensões: 1) Limites ao Crescimento, que se refere à existência de limites ecológicos ao crescimento humano e à utilização dos recursos naturais (ex. “*Estamos a aproximarmo-nos do limite da capacidade de suporte populacional da Terra*”); 2) Antiantropocentrismo (ex. “*Os seres humanos têm o direito de modificar o ambiente natural para satisfazer as suas necessidades*”); 3) Fragilidade do Equilíbrio da Natureza (ex. “*Quando os humanos interferem com a natureza, isso produz frequentemente consequências desastrosas*”); 4) Rejeição do Excecionalismo Humano (ex. “*O engenho humano garantirá que não tornemos a Terra inabitável*”); e 5) Possibilidade de uma Crise Ecológica (ex. “*Os seres humanos estão a abusar gravemente do meio ambiente*”). Cada item é mensurado através da escala de *Likert* de 5 pontos, que varia de 1 (*Concordo Fortemente*) a 5 (*Discordo Fortemente*).

No que respeita ao processo de cotação deste instrumento, existem oito itens com pontuação invertida que necessitam de ser recodificados. Para cada subescala, calcula-se a média dos respetivos itens, após a recodificação dos oito itens com pontuação invertida. Pontuações mais elevadas indicam uma maior adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico. Na versão original do instrumento, Dunlap et al. (2000) reportaram um coeficiente alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach de 0,83, indicando uma boa consistência interna. Na presente amostra, o valor da consistência interna foi considerado adequado ( $\alpha = 0,76$ ).

### ***Escala de Conservadorismo Social e Económico***

Para analisar a variável orientação política foi utilizada a Escala de Conservadorismo Social e Económico (Everett, 2013) que avalia os níveis de conservadorismo social e económico. Este instrumento está organizado em 12 itens, dos quais 7 medem o nível conservadorismo social (ex. “*Aborto*”), isto é, tem por objetivo mensurar o grau de concordância dos indivíduos com valores morais tradicionais (Kirk, 1953). Os restantes itens pertencem à subescala conservadorismo económico (ex. “*Governo Limitado*”), que mede as atitudes do indivíduo referentes à intervenção do governo na regulação económica (Crowson, 2009).

Para avaliar os temas mencionados em cada item é usada uma escala de 0 a 100, em que 0 corresponde a uma posição negativa sobre a questão, 50 a uma posição neutra e 100 a um posicionamento positivo. O score total é obtido através da média dos itens correspondentes a cada subescala (Conservadorismo Social e Conservadorismo Económico). O item 5 é invertido, pelo que pontuações de 100 indicam maior negatividade em relação à questão das prestações sociais e, por conseguinte, indica um maior conservadorismo económico.

Na versão original do instrumento, Everett (2013) reportou um  $\alpha$  de Cronbach de 0.88 para os 12 itens da escala, o que indica uma boa consistência interna. Para as subescalas, o autor reportou valores de  $\alpha$  de 0,70 para o Conservadorismo Económico e de 0,87 para o Conservadorismo Social.

### ***Escala de Afluência Familiar III***

O Escala de Afluência Familiar III mede a afluência familiar (Hobza et al., 2017). Está organizado em 6 itens (ex. “*A sua família possui um automóvel ou outro veículo motorizado?*”) que permitem avaliar o nível de riqueza familiar e os seus padrões de consumo. A avaliação deste construto permite examinar indiretamente o estatuto socioeconómico.

Os recursos económicos familiares são avaliados através de itens que questionam a posse de bens (0 = Sim; 1 = Não), a quantidade de recursos (1 = nenhum; 4 = três ou mais; 5 = três ou mais) e a frequência de viagens para o estrangeiro (1 = nunca; 5 = mais de três vezes). A pontuação total é obtida através da soma dos seis itens e a pontuação varia entre 0 e 13. Pontuações mais elevadas sugerem que existe uma maior afluência familiar (Hobza et al., 2017).

O desenvolvimento da FAS-III integrou metodologias qualitativas e quantitativas (Hartley et al., 2016). Posteriormente, verificou-se que as pontuações da escala se encontravam associadas a indicadores objetivos de rendimento, o que sustenta a sua utilização na avaliação do estatuto socioeconómico (Hobza et al., 2017).

### **Religiosidade**

A variável referente à religiosidade foi avaliada com um item único (“*How religious are you?*”). Este item é avaliado numa escala de *Likert* de 1 (*Não de todo*) a 7 (*Muito*). Para efeitos de análise de dados, esta variável foi recodificada e os participantes divididos em dois grupos (religiosos vs não religiosos), sendo que participantes que assinalaram 1 na escala *Likert* foram alocados ao grupo “não religioso” e participantes que indicaram respostas de 2 a 7 na escala de *Likert* foram alocados ao grupo “religioso”

### **Procedimentos Recolha de Dados**

O presente estudo integra-se num projeto de investigação submetido e aprovado pela Comissão de Ética da Universidade de Essex [ETH1920-0951] e registado no Centro de Investigação em Psicologia para o Desenvolvimento [CIPD/2122/BESPA/4] da Universidade Lusíada. O processo de recolha de dados decorreu entre fevereiro e novembro de 2020, na Faculdade de Psicologia de uma universidade do Reino Unido, através da plataforma *online Qualtrics*.

O recrutamento dos participantes foi realizado por um investigador colaborador da Universidade de Essex, que disponibilizou o *link* num sistema *online* ao qual os estudantes universitários tinham acesso. Desta forma, os estudantes que pretendessem participar podiam aceder voluntariamente ao questionário e responder após a leitura e aceitação do consentimento informado em formato digital.

Neste sentido, foram cumpridos todos os princípios previstos no Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos (OPP), nomeadamente ao nível do consentimento informado, participação voluntária, da proteção de privacidade e da confidencialidade dos participantes.

### **Análise de Dados**

A análise de dados foi conduzida no programa de tratamento de dados *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 30.0 (para *Windows*). O processo de análise de dados foi dividido em duas etapas: estatística descritiva e estatística inferencial.

A primeira fase contemplou a análise descritiva das variáveis em estudo. Para esse efeito foram calculadas as medidas de tendência central (média) e de dispersão (desvio-padrão). A normalidade da distribuição foi avaliada através da análise dos valores de assimetria e de curtose.

A segunda fase consistiu na aplicação de estatística inferencial para testar as hipóteses de investigação. Numa primeira etapa, foram realizadas correlações de *Pearson* para analisar as associações entre a orientação política, o estatuto socioeconómico, a religiosidade e as perspetivas ecológicas. A escolha deste teste estatístico justificou-se pela verificação dos pressupostos para a aplicação de testes paramétricos. Para esse efeito, considerou-se a análise conjunta dos indicadores de normalidade, nomeadamente os valores de assimetria e curtose, devido à elevada sensibilidade do teste de Shapiro-Wilk em amostras de grande dimensão (Field, 2018). A magnitude dos coeficientes de correlação foi interpretada de acordo com os critérios propostos por Cohen (1988), considerando-se correlações de magnitude fraca ( $r < 0,30$ ), moderada ( $r$  entre 0,30 e 0,49) e forte ( $r \geq 0,50$ ).

Posteriormente, realizou-se uma análise de variância multivariada de covariância (MANCOVA) para examinar a existência de diferenças nas dimensões das perspetivas ecológicas em função dos níveis de religiosidade, incluindo a orientação política e o estatuto socioeconómico como covariáveis. Num momento precedente à interpretação do modelo, foram verificados os pressupostos de homogeneidade das matrizes de variância-covariância (teste *M* de *Box*) e de multicolinearidade entre variáveis dependentes (Field, 2018). Em todos os procedimentos inferenciais, o nível de significância estatística foi fixado em  $p < 0,05$ .

Para explorar associações com um tamanho de efeito antecipado de 0.20, um nível de erro alfa de 5%, com um poder de 95% em *Exact tests*, seria necessário recrutar no mínimo uma amostra de 193 participantes. Posteriormente, foram recrutados 330 participantes, o que significa que a dimensão da amostra tem os participantes necessários para que seja possível encontrar efeitos médios neste estudo. Estes cálculos foram conduzidos através do *Software G-Power* versão 3.1.9.7.

## Resultados

### Análise Descritiva

A Tabela 1 apresenta as medidas descritivas das variáveis em estudo, nomeadamente as cinco dimensões da Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico, o conservadorismo social e económico (orientação política), a religiosidade e o estatuto socioeconómico.

No que concerne às propriedades distributivas das variáveis em estudo, os valores de assimetria e da curtose variam entre -1 e 0.97 e entre -0.83 e 1.09, respetivamente. Estes valores sugerem uma distribuição aproximadamente simétrica, visto que se situam no intervalo entre -1 e 1 (Field, 2018). Não obstante, o teste de Shapiro-Wilk apresentou valores significativos na maioria das variáveis ( $p < .001$ ), com a exceção do conservadorismo social e económico ( $p > .05$ ). Importa salientar que este teste é particularmente sensível em amostras de grande dimensão. Neste sentido, existe uma predisposição para rejeição da hipótese nula da normalidade mesmo perante desvios mínimos de normalidade (Field, 2018).

Deste modo, considerando os valores de assimetria e curtose, bem como a dimensão da amostra, assumiu-se que não existem desvios suficientemente severos para comprometer a aplicação de testes paramétricos. Assim, procedeu-se à realização de correlações de *Pearson* e de uma Análise Multivariada de Covariância (MANCOVA).

**Tabela 1***Análise descritiva das variáveis em estudo*

| Variável                                              | <i>N</i> | <i>M</i> | <i>DP</i> | Assimetria | Curtose | Shapiro-Wilk | <i>p</i> |
|-------------------------------------------------------|----------|----------|-----------|------------|---------|--------------|----------|
| 1. Limites ao crescimento <sup>1</sup>                | 330      | 3.16     | 0.68      | -0.05      | 0.16    | .98          | <.001    |
| 2. Antiantropocentrismo <sup>1</sup>                  | 330      | 3.82     | 0.83      | -0.47      | -0.35   | .95          | <.001    |
| 3. Fragilidade do equilíbrio da natureza <sup>1</sup> | 330      | 3.93     | 0.71      | -0.55      | -0.16   | .95          | <.001    |
| 4. Rejeição do excecionalismo humano <sup>1</sup>     | 330      | 3.44     | 0.69      | 0.44       | -0.33   | .96          | <.001    |
| 5. Possibilidade de uma crise ecológica <sup>1</sup>  | 330      | 4.23     | 0.76      | -1.00      | 0.69    | .88          | <.001    |
| 6. Religiosidade <sup>2</sup>                         | 330      | 2.76     | 2.03      | 0.75       | -0.83   | .80          | <.001    |
| 7. Conservadorismo social e económico <sup>3</sup>    | 329      | 50.27    | 11.21     | -0.17      | -.004   | .99          | .17      |
| 8. Estatuto socioeconómico <sup>4</sup>               | 318      | 13.29    | 3.36      | 0.97       | 1.09    | .94          | <.001    |

**Nota.** *N*= tamanho da amostra; *M*= média; *DP*= desvio-padrão. Os valores de Assimetria, Curtose e Shapiro-Wilk foram utilizados para avaliar a normalidade das distribuições das variáveis. <sup>1</sup>Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico (NEP); <sup>2</sup> Item único de religiosidade; <sup>3</sup> Escala de Conservadorismo Social e Económico (SECS); <sup>4</sup> Escala de Afluência Familiar III (FAS-III).

### **Correlações de *Pearson***

No que respeita as correlações de *Pearson*, verificou-se que as cinco dimensões da Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico (NEP) apresentam correlações positivas e significativas entre si (Tabela 2). Existe uma associação forte (Cohen, 1988) entre a fragilidade do equilíbrio da natureza e a possibilidade de uma crise ecológica,  $r(328) = .56, p < .001$ .

O conservadorismo social e económico apresentou correlações negativas significativas e fracas (Cohen, 1988) com todas as dimensões da Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico, nomeadamente com o antiantropocentrismo,  $r(327) = -.25, p < .001$ , e a possibilidade de crise ecológica,  $r(327) = -.20, p = .001$ . Estes resultados sugerem que uma orientação política tendencialmente mais conservadora está associada a menores níveis de preocupação ambiental.

De igual modo, a religiosidade apresentou correlações negativas e fracas significativas (Cohen, 1988) com o antiantropocentrismo,  $r(328) = -.20, p < .001$ , e com a possibilidade de uma crise ecológica,  $r(328) = -.13, p = .023$ . Estes resultados indicam que participantes com maior nível de religiosidade apresentam visões mais antropocêntricas e demonstram menor perceção da possibilidade de uma crise ecológica.

Por fim, o estatuto socioeconómico demonstrou apenas uma correlação negativa fraca, mas significativa (Cohen, 1988), com a dimensão dos limites ao crescimento,  $r(316) = -.15, p = .008$ . Relativamente às restantes facetas das perspetivas ecológicas não se verificaram associações significativas.

**Tabela 2**  
*Correlações de Pearson.*

| Variável                                 | 1      | 2      | 3      | 4     | 5     | 6     | 7     | 8 |
|------------------------------------------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|---|
| 1. Limites ao crescimento                | 1      |        |        |       |       |       |       |   |
| 2. Antiantropocentrismo                  | .18**  | 1      |        |       |       |       |       |   |
| 3. Fragilidade do equilíbrio da natureza | .23**  | .49**  | 1      |       |       |       |       |   |
| 4. Rejeição do excecionalismo humano     | .09    | .32**  | .22**  | 1     |       |       |       |   |
| 5. Possibilidade de uma crise ecológica  | .26**  | .51**  | .56**  | .30** | 1     |       |       |   |
| 6. Religiosidade                         | -.13*  | -.20** | -.09   | -.10  | -.13* | 1     |       |   |
| 7. Conservadorismo social e económico    | -.13*  | -.25** | -.13** | -.17* | -.20* | .30** | 1     |   |
| 8. Estatuto socioeconómico               | -.15** | -.01   | -.08   | -.06  | -.08  | .02   | .15** | 1 |

**Nota.**  $N= 330$ . Os valores representam os coeficientes de correlação de *Pearson*. <sup>1</sup>Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico (NEP); <sup>2</sup>Item único de religiosidade; <sup>3</sup>Escala de Conservadorismo Social e Económico (SECS); <sup>4</sup>Escala de Afluência Familiar III (FAS-III).  $p < .05$ ; \*\*  $p < .01$ . \*

### **Análise de Variância Multivariada de Covariância (MANCOVA)**

Com o propósito de investigar o efeito da religiosidade nas dimensões da Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico, sobre o controlo da orientação política e do estatuto socioeconómico, realizou-se uma análise de variância multivariada de covariância (MANCOVA).

Os pressupostos de homogeneidade das matrizes de variância-covariância foram testados previamente através do teste M de Box. Os resultados indicaram que este pressuposto não foi violado,  $M=14.70$ ,  $F(15, 391874.64) = 0.96$ ,  $p = .49$ , o que permitiu a utilização do Lambda de Wilks ( $\Lambda$ ).

Posteriormente, os testes de Levene para a igualdade das variâncias não se revelaram estatisticamente significativos para as variáveis dependentes (com valor de  $p$  entre .08 e .95). Estes resultados implicam a homogeneidade das variâncias nas variáveis dependentes entre os grupos dos “religiosos” e “não religiosos”, pelo que os pressupostos necessários foram cumpridos.

No que concerne os efeitos multivariados globais, verificou-se um efeito estatisticamente significativo do conservadorismo social e económico no conjunto de dimensões da Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico, com o controlo da religiosidade e do estatuto socioeconómico,  $F(5, 309) = 3.79$ ,  $p = .002$ , Wilks'  $\Lambda = .942$ ,  $\eta^2_p = .058$ . Este resultado indica que o conservadorismo social e económico explica 5,8% da variância multivariada das perspetivas ecológicas dos participantes. Em contrapartida não se registaram efeitos multivariados significativos para a religiosidade,  $F(5, 309) = 1.24$ ,  $p = .290$ , Wilks'  $\Lambda = .980$ ,  $\eta^2_p = .020$ , nem para o estatuto socioeconómico  $F(5, 309) = 1.61$ ,  $p = .158$ , Wilks'  $\Lambda = .980$ ,  $\eta^2_p = .030$ .

Assim, atendendo à significância do efeito multivariado do conservadorismo social e económico, procedeu-se à análise dos testes univariados entre sujeitos, cujos resultados se encontram reportados na Tabela 3. Estes testes revelaram que o conservadorismo social e económico exerce um efeito significativo sobre quatro das cinco dimensões da Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico: (i) antiantropocentrismo,  $F(1, 316) = 15.89$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2_p = .05$ ; (ii) fragilidade do equilíbrio da natureza,  $F(1, 316) = 4.48$ ,  $p = .035$ ,  $\eta^2_p = .01$ ; (iii), rejeição do

exceccionalismo humano,  $F(1, 316) = 7.03, p = .008, \eta^2_p = .02$ ; e (iv) possibilidade de uma crise ecológica,  $F(1, 316) = 7.78, p = .006, \eta^2_p = .02$ .

Paralelamente, os testes univariados confirmam a total ausência de efeitos significativos da religiosidade em qualquer uma das subescalas ( $p > .05$ ). Por seu turno, o estatuto socioeconómico revelou um peso estatisticamente significativo, exclusivamente na dimensão limites de crescimento,  $F(1, 316) = 5.76, p = .017, \eta^2_p = .02$ .

Posteriormente, foram analisadas as estimativas de parâmetro para obter informação detalhada sobre a direção destas relações. Observou-se uma associação negativa entre a conservadorismo social e económico e quatro dimensões da Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico, o que revela que o conservadorismo está associado a menores pontuações em quatro dimensões da Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico. As vertentes referem-se ao antiantropocentrismo ( $b = -.02, 95\% \text{ CI } [-.03, -.01], t = -3.99, p < .001$ ), à fragilidade do equilíbrio da natureza ( $b = -.01, 95\% \text{ CI } [-.02, -.00], t = -2.12, p = .035$ ), à rejeição do exceccionalismo humano ( $b = -.01, 95\% \text{ CI } [-.02, -.00], t = -2.65, p = .008$ ) e à possibilidade de uma crise ecológica ( $b = -.01, 95\% \text{ CI } [-.02, -.00], t = -2.79, p = .006$ ).

Na dimensão limites de crescimento, a relação com o conservadorismo social e económico não foi significativa ( $p = .158$ ). Contudo, esta subescala apresentou uma relação negativa e significativa com o estatuto socioeconómico ( $b = -.03, 95\% \text{ CI } [-.05, -.01], t = -2.40, p = .017$ ).

Em suma, estes resultados sugerem que um posicionamento político mais conservador está relacionado com uma menor preocupação ecológica. Por outro lado, uma maior afluência familiar (estatuto socioeconómico) traduz-se especificamente numa menor apreensão face aos limites físicos e biológicos de crescimento do planeta.

**Tabela 3***Resultados dos testes univariados da Análise Multivariada de Covariância (MANCOVA)*

|                                                       | Orientação Política |          |            | Estatuto Socioeconómico |          |            | Religiosidade <sup>2</sup> |          |            |
|-------------------------------------------------------|---------------------|----------|------------|-------------------------|----------|------------|----------------------------|----------|------------|
|                                                       | F                   | <i>p</i> | $\eta^2_p$ | F                       | <i>p</i> | $\eta^2_p$ | F                          | <i>p</i> | $\eta^2_p$ |
| 1. Limites ao crescimento <sup>1</sup>                | 2.00                | .158     | .006       | 5.76                    | .017*    | .018       | 2.66                       | .104     | .008       |
| 2. Antiantropocentrismo <sup>1</sup>                  | 15.89               | <.001*   | .048       | 0.22                    | .640     | .001       | 1.80                       | .181     | .006       |
| 3. Fragilidade do equilíbrio da natureza <sup>1</sup> | 4.48                | .035*    | .014       | 0.95                    | .330     | .003       | 0.01                       | .920     | .000       |
| 4. Rejeição do excecionalismo humano <sup>1</sup>     | 7.03                | .008*    | .022       | 0.42                    | .518     | .001       | 0.33                       | .568     | .001       |
| 5. Possibilidade de uma crise ecológica <sup>1</sup>  | 7.78                | .006*    | .024       | 1.03                    | .311     | .003       | 1.77                       | .184     | .006       |

**Nota.** N = 317; Todos os testes univariados apresentam  $df = (1, 313)$ .  $\eta^2_p$  = eta parcial quadrado. <sup>1</sup>Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico (NEP);

<sup>2</sup>Variável dicotómica: religiosos vs não religiosos. \* $p < .05$ .

## **Discussão de Resultados**

De uma forma geral, os resultados do presente estudo demonstraram que a orientação política foi o fator mais associado à adoção de perspectivas ecológicas. Por sua vez, o estatuto socioeconómico apresentou uma associação significativa apenas com a dimensão Limites ao Crescimento do Novo Paradigma Ecológico, enquanto a religiosidade não evidenciou associações estatisticamente significativas. Estes resultados permitem uma reflexão sobre o papel dos fatores socioideológicos na compreensão das perspectivas ecológicas, os quais serão discutidos à luz da literatura.

### **Hipótese de Investigação 1 (H1): A relação entre o Conservadorismo Político e o Novo Paradigma Ecológico**

Os resultados obtidos confirmam a H1, uma vez que foram observadas correlações negativas e estatisticamente significativas entre o conservadorismo social e económico e as cinco dimensões da Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico. Particularmente, as associações mais fortes foram observadas nas dimensões do Antiantropocentrismo e da Possibilidade de Crise Ecológica. Desta forma, os resultados sugeriram que participantes com uma orientação política mais conservadora tendem a manifestar menores níveis de preocupação ambiental.

Estes resultados são consistentes com a literatura que identifica a orientação política como um dos principais preditores da adesão ao paradigma ecológico (Casper et al., 2021; Dunlap et al., 2000). Paralelamente, um estudo realizado com população portuguesa observou que níveis mais elevados de conservadorismo político estavam associados a uma menor adesão ao Novo Paradigma Ecológico, o que corrobora os resultados da presente investigação (Leite et al., 2023).

Além disso, os resultados encontram-se em conformidade com o estudo longitudinal de Mah et al. (2020). Os autores demonstraram que o desenvolvimento de orientações políticas mais conservadoras ao longo da juventude prediz uma menor identidade ambiental e menor adesão aos princípios ecológicos mensurados pela NEP. Tendo em consideração que a presente amostra é constituída por estudantes universitários, estes resultados reforçam a importância desta fase do desenvolvimento na consolidação simultânea das identidades política e ambiental (Mah et al., 2020).

Por sua vez, os resultados da análise multivariada reforçam a hipótese de que a orientação política é o principal preditor da visão ecológica global. Estes resultados são convergentes com a investigação de Watkins et al. (2015), que demonstrou que diferenças nos princípios morais associados a ideologias políticas distintas condicionam as atitudes ecológicas dos indivíduos. Em consonância, outras investigações sugerem que em contextos de elevada polarização política, as questões ambientais tendem a assumir um carácter identitário. Esta polarização leva os indivíduos com posições políticas mais conservadoras a demonstrar maior resistência à aceitação de perspetivas pró-ambientais (McCright & Dunlap, 2011; Egan & Mullin, 2017).

Em suma, estes resultados reforçam a evidência de que as perspetivas ecológicas encontram-se associadas às orientações políticas. Assim, a adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico resulta não apenas do conhecimento sobre questões ambientais, mas também dos sistemas de valores e das identidades ideológicas dos indivíduos.

### **Hipótese de Investigação 2 (H2): A relação entre o Estatuto Socioeconómico e o Novo Paradigma Ecológico**

Os resultados obtidos confirmam parcialmente a H2, visto que apenas a dimensão Limites ao Crescimento apresentou uma associação estatisticamente significativa com o estatuto socioeconómico. Paralelamente, a MANCOVA confirmou que esta foi a única dimensão da NEP significativamente associada ao estatuto socioeconómico, após o controlo das restantes variáveis do estudo. Estes resultados sugerem que indivíduos com maior afluência familiar tendem a reconhecer menos os limites físicos e biológicos do planeta.

Este resultado não se encontra totalmente alinhado com estudos que sugerem uma associação positiva entre níveis mais elevados de estatuto socioeconómico e atitudes ambientais favoráveis. Este resultado diverge do estudo de Leite et al. (2023), que encontrou uma associação positiva entre o estatuto socioeconómico e atitudes ambientais mais favoráveis, avaliadas através da Escala do Novo Paradigma Ecológico. Paralelamente, Richterová et al. (2025) verificaram que um nível de ensino formal mais elevado (i.e., ensinos secundário e superior) das figuras parentais estava associado a atitudes ambientais mais favoráveis nos estudantes.

No entanto, a associação negativa encontrada na presente investigação pode ser interpretada à luz do “Paradoxo do Estatuto Socioeconómico”. Segundo esta perspetiva, indivíduos com maior poder económico podem envolver-se em ações ecológicas visíveis e socialmente valorizadas. Contudo, manifestam menos disponibilidade para aceitar mudanças que impliquem sacrifícios materiais ou limitações aos seus padrões de consumo (Fan & An, 2025; Piff et al., 2010).

Neste sentido, a dimensão Limites ao Crescimento pode assumir um significado distinto para participantes com maior afluência familiar. A aceitação de que os recursos naturais são finitos e de que o crescimento económico e material não pode ocorrer de forma ilimitada pode ser percecionada como uma ameaça aos padrões de consumo e à estabilidade material destes grupos.

Por fim, este padrão pode ser interpretado à luz da Teoria da Conservação Conspícua (ref). Segundo esta perspetiva, indivíduos motivados pelo estatuto social podem adotar comportamentos pró-ambientais que sejam socialmente visíveis, uma vez que estes funcionam como sinais de altruísmo e de prestígio. Contudo, tal não implica necessariamente uma maior adesão a princípios ecológicos que envolvam restrições ao consumo ou à utilização de recursos (Griskevicius et al., 2010; Piff et al., 2010).

### **Hipótese de Investigação 3 (H3): A Relação entre a Religiosidade e o Novo Paradigma Ecológico**

Os resultados não corroboram a H3. Embora as correlações de *Pearson* tenham revelado associações negativas e estatisticamente significativas entre a religiosidade e as dimensões Antiantropocentrismo e Possibilidade de Crise Ecológica, os resultados da análise multivariada conduziram a uma interpretação diferente. A MANCOVA demonstrou que a religiosidade deixou de apresentar um efeito estatisticamente significativo após o controlo da orientação política e do estatuto socioeconómico. Adicionalmente, as comparações *pairwise* com ajuste de Bonferroni confirmaram a ausência de diferenças estatisticamente significativas entre participantes religiosos e não religiosos em todas as dimensões da NEP.

Estes resultados sugerem que a associação inicialmente observada entre a religiosidade e algumas dimensões da NEP poderá estar relacionada com outras variáveis, em particular da orientação política. Esta interpretação é consistente com a perspetiva de

Sherkat e Ellison (2007), que defendem que a influência da religião nas atitudes ambientais é frequentemente mediada por fatores políticos e ideológicos.

Além disso, a ausência de contraste significativo entre grupos é consistente com a literatura que destaca a complexidade da relação religião-ambiente (Haluza-DeLay, 2014; Sabir et al., 2025). Sabir e colaboradores (2025) destacam que, apesar do crescimento da eco-teologia, as evidências empíricas que ligam a religião a atitudes ambientais permanecem fragmentadas e dependentes de múltiplos fatores (*e.g.* antropocentrismo teológico e ceticismo face à ciência).

Por outro lado, os presentes resultados divergem de estudos que identificaram diferenças significativas entre indivíduos religiosos e não religiosos relativamente às atitudes ambientais (Roser-Renouf et al. 2016). Paralelamente, Taylor et al. (2016) argumentam que dinâmicas teológicas (*e.g.* a crença na soberania divina) continuam a fomentar o ceticismo em relação às alterações climáticas, independentemente de outras variáveis sociodemográficas.

Não obstante, os resultados da presente investigação aproximam-se da perspectiva de Khoirurrijal e colaboradores (2025) que indicam que, apesar da religião poder estar associada a uma sensibilidade moral para cuidar do meio ambiente, não estabelece uma relação de causalidade com a visão crítica sobre os limites físicos do planeta. Esta conclusão pode justificar a perda de poder estatístico da religiosidade quando analisada em conjunto com as restantes variáveis no modelo multivariado.

Em suma, a orientação política assume-se como o preditor principal das atitudes ambientais, enquanto o estatuto socioeconómico atua como um preditor específico da visão sobre a escassez de recursos. A religiosidade, no contexto desta análise multivariada, parece exercer um papel secundário. Neste contexto, a religiosidade perde o poder explicativo quando analisada em conjunto com a orientação política e o estatuto socioeconómico.

### **Implicações Práticas para a Prática da Psicologia Clínica**

Os resultados da presente investigação permitem retirar implicações práticas relevantes para a intervenção psicológica na promoção de perspetivas ecológicas mais favoráveis. A orientação política constituiu o principal fator associado às dimensões

avaliadas pela Escala Revista do Novo Paradigma Ecológico. Por sua vez, o estatuto socioeconómico relacionou-se particularmente com a dimensão Limites de Crescimento. Já a religiosidade deixou de apresentar uma relação estatisticamente significativa quando analisada em conjunto com as restantes variáveis. Neste sentido, as estratégias de intervenção deverão ser adaptadas a estes diferentes fatores.

No que respeita à orientação política, os resultados sugerem que a intervenção não deverá centrar-se apenas na transmissão de informação sobre as alterações climáticas. A clarificação de valores, proposta pela Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) (Hayes et al., 1999; Hayes et al., 2012), pode favorecer uma reflexão sobre valores pessoais relacionados com o cuidado ambiental. Esta reflexão poderá potenciar a redução da polarização ideológica associada às alterações climáticas (Gallo et al., 2025).

Paralelamente, a técnica da desfusão cognitiva poderá contribuir para que os indivíduos reconheçam os seus pensamentos e crenças como interpretações da realidade, e não como verdades absolutas (Hayes et al., 1999; Hayes et al., 2012). Neste contexto, esta estratégia pode promover uma maior abertura à reflexão sobre questões ambientais e reduzir a resistência associada a posições ideológicas polarizadas, de modo a favorecer uma análise flexível da informação científica (Gallo et al., 2025). Deste modo, a intervenção psicológica em formato individual e/ou de grupo estruturada poderá contribuir para que as questões ambientais sejam percecionadas de forma menos polarizada e mais alinhadas com valores pessoais relacionados com o bem-estar individual e coletivo (Williams & Samuel, 2024).

Relativamente ao estatuto socioeconómico, os resultados indicaram que participantes com maior afluência familiar tendem a reconhecer menos os limites físicos do planeta. Assim, as intervenções psicológicas poderão centrar-se na reflexão acerca dos padrões de consumo e da utilização dos recursos naturais. Neste contexto, a prática de meditação *mindfulness* poderá favorecer uma maior consciência sobre os hábitos de consumo e a utilização de recursos naturais.

Esta proposta é sustentada por evidência empírica. Estudos experimentais sugerem que programas de meditação *mindfulness* promovem comportamentos pró-ambientais e fortalecem a ligação à natureza (Ray et al., 2021). Paralelamente, Chandra et al. (2023) observaram que a integração de práticas de *mindfulness* em programas de educação

ambiental produziu melhorias significativas nos comportamentos pró-ambientais dos participantes. Além disso, Ballarotto et al. (2024) verificaram que a atenção plena (*mindfulness*) pode mediar a relação entre a regulação emocional e os comportamentos pró-ambientais. Deste modo, a promoção de práticas de meditação *mindfulness* poderá contribuir para a adoção de escolhas mais sustentáveis (Gallo et al., 2025).

Em consonância, estratégias cognitivo-comportamentais poderão contribuir para fortalecer a autoeficácia relativamente à adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis (Bandura, 1997). Neste sentido, têm sido propostas adaptações das intervenções cognitivo-comportamentais para o trabalho com questões ambientais e sofrimento relacionado com as alterações climáticas. As intervenções incluem estratégias dirigidas à identidade ambiental, à regulação emocional e à promoção de ações orientadas por valores (Doherty et al., 2024). O desenvolvimento da autoeficácia poderá aumentar a perceção de capacidade para implementar mudanças consistentes nos hábitos e ultrapassar crenças relacionadas com a necessidade de manter padrões elevados de consumo (Gallo et al., 2025).

Estas estratégias poderão ser particularmente relevantes para indivíduos com maior estatuto socioeconómico, uma vez que promovem uma reflexão sobre a relação entre bem-estar, consumo e sustentabilidade. Consequentemente, poderão contribuir para uma maior aceitação dos limites do crescimento e uma utilização mais consciente dos recursos naturais (Doherty et al., 2024; Gallo et al., 2025).

Embora a religiosidade tenha apresentado associações significativas, estas deixaram de ser observadas na análise multivariada. À luz destes resultados, intervenções psicológicas que integrem enquadramentos eco-teológicos poderão ser mais eficazes quando articuladas com os valores ideológicos dos indivíduos, em vez de assumirem que a religiosidade constitui, por si só, um fator promotor de perspetivas ecológicas. Esta perspetiva é consistente com Sabir et al. (2025), que salientam que a eficácia das abordagens eco-teológicas depende da interação entre as crenças religiosas e outros fatores psicossociais. Por outras palavras, a religião, por si só, poderá não ser suficiente para explicar as perspetivas ecológicas, pelo que deve ser interpretada em articulação com outros fatores, nomeadamente a orientação política.

Em suma, os resultados da presente investigação sugerem que a promoção de perspetivas ecológicas poderá beneficiar de intervenções psicológicas adaptadas às características individuais e aos fatores psicossociais associados às perspetivas ecológicas. Esta abordagem poderá contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais direcionadas e eficazes na promoção de atitudes ambientais mais favoráveis.

### **Limitações e Sugestões para Investigações Futuras**

A primeira limitação deste estudo prende-se com a natureza transversal do mesmo, a qual impossibilita o estabelecimento de relações de causalidade entre as variáveis. Assim, embora a orientação política, o estatuto socioeconómico e a religiosidade tenham sido analisados enquanto potenciais preditores das perspetivas ecológicas, não é possível determinar se alguma destas variáveis antecede ou influencia as restantes. Neste sentido, futuras investigações deverão recorrer a desenhos longitudinais, permitindo acompanhar a evolução das atitudes ambientais ao longo do tempo e compreender de que forma estes fatores se relacionam com a sua mudança.

Para além disso, importa salientar que a amostra foi constituída exclusivamente por estudantes de Psicologia. Esta característica poderá limitar a generalização dos resultados a outras áreas de formação e à população em geral, uma vez que a formação em Psicologia poderá influenciar a forma como os participantes interpretam e respondem a questões relacionadas com o ambiente, o comportamento humano e os fatores psicossociais. Assim, futuras investigações deverão procurar incluir participantes de outras áreas de formação, de forma a avaliar se os resultados obtidos se mantêm em amostras mais diversificadas.

Por outro lado, os participantes eram estudantes universitários, os quais tendem a apresentar orientações políticas mais liberais e encontram-se numa fase ativa de desenvolvimento das suas identidades políticas e sociais (Mah et al., 2020). Esta característica poderá ter reduzido a variabilidade observada na orientação política da amostra e, consequentemente, condicionado a força das associações encontradas.

Relativamente à religiosidade, a medição unidimensional deste construto não permite refletir a sua natureza multidimensional. A medida utilizada poderá ter espelhado predominantemente a identidade religiosa institucional, sem distinguir as diferentes componentes da religiosidade, como as crenças, as práticas religiosas ou a espiritualidade

(Hill & Pargament, 2003). Esta limitação poderá explicar a perda de significância da religiosidade na análise multivariada, uma vez que uma medida multidimensional poderia identificar componentes da religiosidade independentes da orientação política. Neste sentido, investigações futuras deverão explorar dimensões específicas da religiosidade, como a eco-teologia, de forma a aprofundar a compreensão da relação entre a religiosidade e as perspetivas ecológicas.

Além disso, os resultados podem ter sido enviesados devido à desejabilidade social dos participantes no preenchimento dos instrumentos de autorrelato. Este fenómeno pode ser explicado pela dissonância cognitiva, que leva os indivíduos a ajustarem as suas perceções para manterem uma autoimagem positiva (Tholen, 2018). Assim, futuras investigações deverão controlar este potencial enviesamento através da inclusão de medidas específicas de desejabilidade social ou da utilização de metodologias complementares.

Adicionalmente, importa considerar que os dados foram recolhidos em 2020, período marcado por uma elevada polarização política no Reino Unido decorrente do processo de saída da União Europeia (i.e., *Brexit*). Neste contexto, a orientação política poderá ter desempenhado um papel mais relevante na forma como os indivíduos construíram as suas perspetivas ecológicas. Assim, futuras investigações deverão procurar replicar este estudo em contextos políticos mais estáveis e menos polarizados, de forma a avaliar a consistência dos resultados obtidos.

Por fim, futuras investigações deverão procurar replicar este estudo na população portuguesa, de forma a analisar se a relação entre a orientação política, o estatuto socioeconómico, a religiosidade e as perspetivas ecológicas se mantém num contexto sociocultural distinto. Esta replicação permitirá avaliar a generalização dos resultados obtidos e compreender de que forma as especificidades políticas, culturais e religiosas se associam à adesão aos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico.

### **Conclusão**

A presente investigação permitiu concluir que as perspetivas ecológicas, no contexto do ensino superior, encontram-se significativamente associadas à orientação política. Paralelamente, o estatuto socioeconómico revelou uma associação específica com

a dimensão Limites ao Crescimento, relacionada com o reconhecimento da finitude dos recursos naturais e dos limites ecológicos ao crescimento humano. Por sua vez, a religiosidade assumiu um papel secundário, visto que deixou de apresentar um efeito estatisticamente significativo quando analisada em conjunto com as restantes variáveis.

Estes resultados sugerem que estratégias centradas exclusivamente na transmissão de informação sobre as alterações climáticas poderão revelar-se insuficientes para promover atitudes ambientais favoráveis entre estudantes universitários. Uma vez que as perspetivas ecológicas encontram-se associadas a fatores identitários, ideológicos e socioeconómicos, torna-se pertinente o desenvolvimento de intervenções psicológicas dirigidas à flexibilização cognitiva, à clarificação de valores e à reflexão crítica sobre os padrões de consumo.

Em última análise, compreender o papel dos fatores socioideológicos na formação das perspetivas ecológicas durante o ensino superior poderá contribuir para o desenvolvimento de intervenções psicológicas mais eficazes de promover atitudes ambientais mais favoráveis entre estudantes universitários.

### Referências Bibliográficas

- Albrecht, G. (2011). Chronic environmental change: Emerging ‘psychoterratic’ syndromes. In I. Weissbecker (Ed.), *Climate change and human well-being: Global challenges and opportunities* (pp. 43-56). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-1-4419-9742-5\\_3](https://doi.org/10.1007/978-1-4419-9742-5_3)
- Agusalim, L., & Karim, M. (2024). Religiosity and climate change: An eco-religious approach. *Environmental & Socio-Economic Studies*, 12(1), 35–50. <https://doi.org/10.2478/environ-2024-0004>
- Amburgey, J. W., & Thoman, D. B. (2012). Dimensionality of the new ecological paradigm: Issues of factor structure and measurement. *Environment and Behavior*, 44(2), 235-256. <https://doi.org/10.1177/0013916511402064>
- Ballarotto, G., D’Anna, V., Stefano, L., & Velotti, P. (2024). Does mindfulness mediate the relationship between emotion regulation and pro-environmental behaviors differently based on gender? *Mindfulness*, 15, 1958-1971. <https://doi.org/10.1007/s12671-024-02405-7>
- Bandura, A. (Ed.). (1995). *Self-efficacy in changing societies*. Cambridge University Press.
- Bandura, A., & Wessels, S. (1997). *Self-efficacy*. Cambridge University Press.
- Baker, E. H. (2014). Socioeconomic status, definition. In W.C. Cokerham, R. Dingwall, & S.R. Quah (Eds.), *The Wiley Blackwell encyclopedia of health, illness, behavior, and society* (pp. 2215-2218) Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118410868.wbehibs395>

- Begum, A., Jingwei, L., Haider, M., Ajmal, M. M., Khan, S., & Han, H. (2021). Impact of environmental moral education on pro-environmental behaviour: Do psychological empowerment and Islamic religiosity matter? *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(4), 1604. <https://doi.org/10.3390/ijerph18041604>
- Birch, S. (2020). Political polarization and environmental attitudes: A cross-national analysis. *Environmental Politics*, 29(4), 697–718. <https://doi.org/10.1080/09644016.2019.1673997>
- Boateng, A. C. O., Sebu, J., Lekwauwa, R., Britt, K. C., Oh, H., & Doolittle, B. (2024). Religiosity & mental health seeking behaviors among U.S. adults. *The International Journal of Psychiatry in Medicine*, 59(2), 248–264. <https://doi.org/10.1177/00912174231187841>
- Casper, J. M., McCullough, B. P., & Smith, D. M. K. (2021). Pro-environmental sustainability and political affiliation: An examination of USA college sport sustainability efforts. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(11), 5840. <https://doi.org/10.3390/ijerph18115840>
- Chandra, M., Nyanasuryanadi, P., Burmansah, B., Khiong, T. K., & Surya, J. (2023). How does education and mindfulness matter to high school student's pro-environmental behaviour?. *Jurnal Konseling dan Pendidikan*, 11(3), 152-166. <https://doi.org/10.29210/199500>
- Clayton, S. (2024). A social psychology of climate change: Progress and promise. *British Journal of Social Psychology*, 63(4), 1535–1546. <https://doi.org/10.1111/bjso.12749>

- Claessens, S., Chaudhuri, A., Sibley, C. G., & Atkinson, Q. D. (2022). The evolutionary basis of political ideology. In D. Osborne & C.G. Sibley (Eds.), *The Cambridge handbook of political psychology*, (pp. 22-36). Cambridge University Press.  
<https://doi.org/10.1017/9781108779104.003>
- Costache, A., & Sencovici, M. (2019). Age, gender and endorsement of the new ecological paradigm. *International Multidisciplinary Scientific GeoConference: SGEM*, 19(5.1), 11-22. <https://doi.org/10.5593/sgem2019/5.1>
- Cunsolo, A., & Ellis, N. R. (2018). Ecological grief as a mental health response to climate change-related loss. *Nature climate change*, 8(4), 275-281. <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0092-2>
- D'Acunto, D., Filieri, R., & Okumus, F. (2025). The Gen Z attitude-behavior gap in sustainability-framed eWOM: A generational cohort theory perspective. *International Journal of Hospitality Management*, 129, 104194.  
<https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2025.104194>
- Derdowski, L. A., Grahn, Å. H., Hansen, H., & Skeiseid, H. (2020). The new ecological paradigm, pro-environmental behaviour, and the moderating effects of locus of control and self-construal. *Sustainability*, 12(18), 7728. <https://doi.org/10.3390/su12187728>
- Doherty, T., Artman, S., Homan, J., Keluskar, J., & White, K. E. (2024). Environmental identity-based therapies for climate distress: Applying cognitive behavioural approaches. *The Cognitive Behaviour Therapist*, 17, e29. doi: 10.1017/S1754470X24000278

- Dunlap, R. E., Van Liere, K. D., Mertig, A. G., & Jones, R. E. (2000). New trends in measuring environmental attitudes: Measuring endorsement of the new ecological paradigm: A revised NEP scale. *Journal of Social Issues*, 56(3), 425–442. <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00176>
- Dunlap, R. E. (2022). Understanding opposition to the environmental movement: The importance of dominant American values. In D. B. Tindall, M. C. J. Stoddart, & R. E. Dunlap (Eds.), *Handbook of anti-environmentalism* (pp. 108–128). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781839100222>
- Dunlap, R. E., & Van Liere, K. D. (2008). The new environmental paradigm. *The Journal of Environmental Education*, 40(1), 19–28. <https://doi.org/10.3200/JOEE.40.1.19-28>
- Egan, P. J., & Mullin, M. (2017). Climate change: U.S. public opinion. *Annual Review of Political Science*, 20, 209–227. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-051215-022857>
- Everett, J. A. C. (2013). The 12 item social and economic conservatism scale (SECS). *PLOS ONE*, 8(12), e82131. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0082131>
- Field, A. (2018). *Discovering statistics using IBM SPSS statistics* (5th ed.). SAGE Publications.
- Gallo, E., Maisuradze, M., & Amato, G. (2025). Environmental sustainability education and its impact on psychological well-being: A cognitive-behavioral approach. *Rivista di Studi sulla Sostenibilità*, (1), 69–79. <https://doi.org/10.3280/riss2025oa19880>

- Gaspar, T., Ribeiro, J. L. P., de Matos, M. G., Leal, I., & Ferreira, A. I. (2010). Estudo da auto-estima em crianças e adolescentes portugueses: Impacto de factores sociais e pessoais. *AMazônica*, 5(2), 57–83.
- Griskevicius, V., Tybur, J. M., & Van den Bergh, B. (2010). Going green to be seen: Status, reputation, and conspicuous conservation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 98(3), 392–404. <https://doi.org/10.1037/a0017346>
- Gifford, R., & Nilsson, A. (2014). Personal and social factors that influence pro-environmental concern and behaviour: A review. *International Journal of Psychology*, 49(3), 141–157. <https://doi.org/10.1002/ijop.12034>
- Gifford, R., & Sussman, R. (2012). Environmental attitudes. In S.D. Clayton (Ed.), *The Oxford handbook of environmental and conservation psychology* (pp. 65-80). Oxford University Press.
- Hackett, C., Stonawski, M., Tong, Y., Kramer, S., Shi, A. F., & Fahmy, D. (2025). *How the global religious landscape changed from 2010 to 2020*. Pew Research Center. <https://doi.org/10.58094/fj71-ny11>
- Harraway, J., Broughton-Ansin, F., Deaker, L., Jowett, T., & Shephard, K. (2012). Exploring the use of the revised new ecological paradigm scale (NEP) to monitor the development of students' ecological worldviews. *The Journal of Environmental Education*, 43(3), 177–191. <https://doi.org/10.1080/00958964.2011.634450>

- Harring, N., & Sohlberg, J. (2017). The varying effects of left–right ideology on support for the environment: Evidence from a Swedish survey experiment. *Environmental Politics*, 26(2), 278–300. <https://doi.org/10.1080/09644016.2016.1244965>
- Hayes, S. C., Bissett, R. T., Korn, Z., Zettle, R. D., Rosenfarb, I. S., Cooper, L. D., & Grundt, A. M. (1999). The impact of acceptance versus control rationales on pain tolerance. *The psychological record*, 49(1), 33-47.
- Hayes, S. C., Pistorello, J., & Levin, M. E. (2012). Acceptance and commitment therapy as a unified model of behavior change. *The counseling psychologist*, 40(7), 976-1002. <https://doi.org/10.1177/0011000012460836>
- Hayes, B. G., & Marangudakis, M. (2001). Religion and attitudes towards nature in Britain. *The British Journal of Sociology*, 52(1), 139–155. <https://doi.org/10.1080/00071310020023073>
- Hill, P. C., & Pargament, K. I. (2003). Advances in the conceptualization and measurement of religion and spirituality: Implications for physical and mental health research. *American psychologist*, 58(1), 64-74. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0003-066X.58.1.64>
- Iryani, R. M., & Kristanto, R. S. (2022). The influence of knowledge about Islamic banks, Religiosity, Social Environment, and Pocket Money on Students' Interest in Saving at

Islamic Banks (Case study on students of STIE Bank BPD Jateng). *Magisma: Scientific Journal of Economics and Business*, 10(2), 191-202.

Ives, C. D., Buys, C., Ogunbode, C., Palmer, M., Rose, A., & Valerio, R. (2023). Activating faith: Pro-environmental responses to a Christian text on sustainability. *Sustainability Science*, 18(2), 877–890. <https://doi.org/10.1007/s11625-022-01197-w>

Jost, J. T. (2021). *Left and right: The psychological significance of a political distinction*. Oxford University Press.

Kanagy, C. L., & Nelsen, H. M. (1995). Religion and environmental concern: Challenging the dominant assumptions. *Review of Religious Research*, 37(1), 33-45. <https://doi.org/10.2307/3512069>

Kosic, A., Passafaro, P., & Molinari, M. (2024). Predicting pro-environmental behaviours in the public sphere: comparing the influence of social anxiety, self-efficacy, global warming awareness and the NEP. *Sustainability*, 16(19), 8716. <https://doi.org/10.3390/su16198716>

Khoirurrijal, M. F., Ala, A., & Huda, H. (2025). Integrating religious and environmental education in Indonesian eco-pesantren: Does student religiosity enhance environmental awareness? *Environmental Education Research*, 1–26. <https://doi.org/10.1080/13504622.2025.2600602>

- Leite, Â., Lopes, D., & Pereira, L. (2023). Pro-environmental behavior and climate change anxiety, perception, hope, and despair according to political orientation. *Behavioral Sciences*, 13(12), 966. <https://doi.org/10.3390/bs13120966>
- Lou, X., Li, L. M. W., Xia, W., & Zhu, Q. (2022). A meta-analysis of temporal shifts in environmental concern between 1994 and 2017: An examination of the new environmental paradigm. *Anthropocene*, 38, 100335. <https://doi.org/10.1016/j.ancene.2022.100335>
- Mah, A., Matsuba, M. K., & Pratt, M. W. (2020). The politics behind environmentalism: How political ideological development in emerging adulthood may play a role. *Journal of Environmental Psychology*, 69, 101417. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2020.101417>
- Malinakova, K., Tavel, P., Meier, Z., Van Dijk, J. P., & Reijneveld, S. A. (2020). Religiosity and mental health: A contribution to understanding the heterogeneity of research findings. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(2), 494. <https://doi.org/10.3390/ijerph17020494>
- McCright, A. M., & Dunlap, R. E. (2011). The politicization of climate change and polarization in the American public's views of global warming, 2001–2010. *The Sociological Quarterly*, 52(2), 155–194. <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.2011.01198.x>
- Moser, S. C. (2010). Now more than ever: the need for more societally relevant research on vulnerability and adaptation to climate change. *Applied geography*, 30(4), 464–474. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2009.09.003>

Morrison, M., Duncan, R., & Parton, K. (2015). Religion does matter for climate change attitudes and behavior. *PloS one*, 10(8), e0134868.

<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0134868>

Nieminen, V., Partonen, T., Halonen, J. I., Hyvönen, K., Lanki, T., Raza, A., & Virtanen, M. (2025). Climate worry and mental health: The role of pro-environmental behavior and efficacy-based hope as coping strategies. *Journal of Environmental Psychology*, 108, 102828. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2025.102828>

Norris, P., & Inglehart, R. (2011). *Sacred and secular: Religion and politics worldwide*. Cambridge University Press.

Pietsch, M., Eryilmaz, N., Strietholt, R., Scherer, R., Nascimento, M. M., Abels, S., & Fischer, D. (2026). Endangering just sustainabilities: An IPD meta-analysis on the social stratification of youth environmental attitudes in 65 countries. *Journal of Environmental Psychology*, 103085. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2026.103085>

Piff, P. K., Kraus, M. W., Côté, S., Cheng, B. H., & Keltner, D. (2010). Having less, giving more: The influence of social class on prosocial behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 99(5), 771–784. <https://doi.org/10.1037/a0020092>

Pihkala, P. (2020). Anxiety and the ecological crisis: An analysis of eco-anxiety and climate anxiety. *Sustainability*, 12(19), 7836. <https://doi.org/10.3390/su12197836>

Ray, T. N., Franz, S. A., Jarrett, N. L., & Pickett, S. M. (2021). Nature enhanced meditation: Effects on mindfulness, connectedness to nature, and pro-environmental

behavior. *Environment and Behavior*, 53(8), 864-890.  
<https://doi.org/10.1177/0013916520952452>

Richterová, B., Millová, K., Halásková, R., Kovářová, R., Dostál, P., & Pavlíková, V. (2025). The relationship between selected socioeconomic factors and students' environmental values and attitudes. *Proceedings of the World Conference on Teaching, Learning, and Education*, 2(1), 1–12. <https://doi.org/10.33422/worldtle.v2i1.1325>

Schultz, P. W., Zelezny, L., & Dalrymple, N. J. (2000). A multinational perspective on the relation between Judeo-Christian religious beliefs and attitudes of environmental concern. *Environment and Behavior*, 32(4), 576–591.  
<https://doi.org/10.1177/00139160021972676>

Stern, P. C. (2000). New environmental theories: Toward a coherent theory of environmentally significant behavior. *Journal of Social Issues*, 56(3), 407–424.  
<https://doi.org/10.1111/0022-4537.00175>

Vrselja, I., Batinić, L., & Pandžić, M. (2024). Relationship between socioeconomic status and pro-environmental behavior: The role of efficacy beliefs. *Social Sciences*, 13(5), 273.  
<https://doi.org/10.3390/socsci13050273>

White, K., Habib, R., & Hardisty, D. J. (2019). How to SHIFT consumer behaviors to be more sustainable: A literature review and guiding framework. *Journal of Marketing*, 83(3), 22-49. <https://doi.org/10.1177/0022242919825649>

White, L. (1967). The historical roots of our ecologic crisis. *Science*, 155(3767), 1203–1207.

<https://doi.org/10.1126/science.155.3767.1203>

Williams, M. O., & Samuel, V. M. (2024). Acceptance and commitment therapy as an approach for working with climate distress. *The Cognitive Behaviour Therapist*, 17, e35. [doi:10.1017/S1754470X23000247](https://doi.org/10.1017/S1754470X23000247)

Yang, C., & Arhonditsis, G. B. (2022). What are the primary covariates of environmental attitudes and behaviours in Canada? A national-scale analysis of socioeconomic, political, and demographic factors. *Ecological Informatics*, 69, 101661. <https://doi.org/10.1016/j.ecoinf.2022.101661>



instituto de psicologia  
e Ciências da Educação  
Universidade Lusíada